

Movimentos e classes sociais: uma reflexão sobre o caráter de classe do *altermundialismo*

Santiane Arias¹

Resumo: O objetivo deste artigo é fazer uma análise do movimento altermundialista a partir das relações de classes estabelecidas no capitalismo neoliberal. Apoiado no pressuposto de que a ação política expressa fundamentalmente as relações e as lutas entre as classes, o presente texto encaminha, a partir do altermundialismo, uma reflexão preliminar sobre os nexos estabelecidos entre movimentos e classes sociais. Palavras-chave: Movimentos sociais, classes sociais, altermundialismo, neoliberalismo.

Abstract: The purpose of this article is to analyze the “altermundialist” movement within the frame of the class relations in the neoliberal capitalism. Sustaining that the politic action expresses fundamentally the relation and struggles among classes, this text refers, from the altermundialism, a preliminary reflection about the linkages between movements and social classes.

Keywords: social movements, social classes, altermundialism, neoliberalism.

Propomos aqui encaminhar uma reflexão sobre o movimento altermundialista pautada no quadro analítico das classes sociais. O objetivo central desta discussão é entender em que medida e de que modo o altermundialismo insere-se no campo da luta de classes tal como ela se apresenta no capitalismo contemporâneo². Este desígnio primeiro, desperta várias outras questões a ele associadas, quais sejam: qual a composição de classe do movimento? Em que medida sua composição associa-se à forma de ação e, particularmente, ao projeto de transformação altermundial?

Para avançarmos na problematização destas questões, algumas dificuldades e elementos devem ser antes ponderados. Primeiro, a defasagem na literatura

¹ Doutoranda em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Correio eletrônico: santiane@gmail.com

² Por *altermundialismo* entendemos os movimentos e organizações ligados ao Fórum Social Mundial.

sobre movimentos sociais de análises pautadas nas classes. Nos estudos sobre os movimentos e protestos que vieram à tona, particularmente, a partir dos anos de 1980, prevaleceu certa perspectiva culturalista, na qual a questão da identidade, fundada em coletividades difusas, suplantava a solidariedade edificada na contradição de classes. Segundo, a marcante presença nestes movimentos de um grupo social que dificilmente poderia ser identificado com a classe operária. Soma-se a isto: a derrota de diversas ações engendradas pelo movimento operário ocasionada pelo avanço das políticas neoliberais, e a crise do movimento socialista acentuada pelo fim do “socialismo real”. Enfim, dados que pareciam indicar para a derrocada final do proletariado e/ou para uma transformação radical da estrutura de classes e, portanto, para o surgimento de “novas” formas de sociabilidade e de ação política.

A ausência do conceito de classes no debate sobre movimentos sociais

Tentemos colocar as dificuldades mencionadas acima à luz do seu debate teórico. De fato, ante a crise política e ideológica, as organizações de esquerda, sobretudo o movimento operário, sofreram um forte refluxo. É justamente nesse cenário que se constata o florescimento dos chamados “novos movimentos sociais”, com o crescimento e a diversificação de causas já tradicionais, como a ecologia e a igualdade de gêneros, acrescidas de muitas outras reivindicações em favor de grupos religiosos, étnicos, bem como pela liberdade de orientação sexual. A associação parecia óbvia: a classe operária em declínio não era mais a força propulsora da construção da nova sociedade. Como escreveu Gohn (2000, p. 122):

o novo sujeito que surge é um coletivo difuso, não-hierarquizado, em luta contra as discriminações de acesso aos bens da modernidade e, ao mesmo tempo, crítico de seus efeitos nocivos, a partir da fundamentação de suas ações em valores tradicionais, solidários, comunitários.

O recuo do movimento operário e a emergência de novos movimentos sociais na cena política colocaram em questão a pertinência da concepção de classe para a explicação da própria ação política. Assim, as concepções de movimentos e classes sociais pareciam afastar-se em sentidos opostos; por conta da sua ascensão na cena política, o primeiro crescia em importância na teoria social; enquanto a segunda, devido, entre outras coisas, ao refluxo político e à crise ideológica do movimento operário, perdia espaço nos debates contemporâneos.

Associado à separação entre as duas problemáticas, inclusive reforçando-a, encontramos o crescimento de um grupo social que freqüentemente é denominado de classe média. Era inegável que os diversos movimentos de protesto contavam com forte presença de profissionais das “camadas intermediárias”, tal como os intelectuais. É nesse sentido que as classes médias foram alçadas, por alguns autores, à condição de novo sujeito histórico, substituindo nesse papel a classe operária³.

Mas, de um modo geral, para essa literatura, a constatação da expressiva participação desse conjunto social nos chamados novos movimentos sociais não implicava numa nova política de classes. Isto porque as demandas desses movimentos apresentariam um “caráter universalista”, como, por exemplo, as reivindicações pela preservação ambiental, ou representariam coletividades distintas das classes, como o movimento feminista. Em resumo, essas “novas formas” de ação coletiva se diferenciariam do “velho movimento operário” não apenas pelo modo de organização e atuação, mas, inclusive, por representarem interesses (gênero, raça, meio-ambiente) que atravessariam “os limites específicos” de uma classe. Nesse sentido:

Os protagonistas dessas lutas não são as classes sociais, ao contrário do que se deu com o duo marshalliano cidadania-classe social no período do capitalismo organizado; são grupos sociais, ora maiores, ora menores que classes, com contornos mais ou menos definidos em vista de interesses colectivos por vezes muito localizados mas potencialmente universalizáveis. (SANTOS, 2003, p.261).

A relação entre classes e ação política estaria assim desfeita. Como diria Touraine (1989, p. 15): “descobrimos que os conflitos de classe não representam mais os instrumentos de mudança histórica”. Deste modo, enquanto os estudos sobre as classes sociais centravam-se sobre a estratificação social, verificada, particularmente, a partir de quadros estatísticos sobre a renda, as análises sobre os movimentos sociais destacavam seus vínculos com a “sociedade civil” e com a cultura (SALLUM Jr., 2005).

Mas, e é importante perguntarmos, a ausência do proletariado nas crescentes mobilizações e reivindicações que ganham impulso a partir dos anos de 1970/1980 (fenômeno predominantemente europeu, diga-se apenas de passagem), assumindo novo ânimo e perfil com os anos de 1990, permite-nos concluir que tais movimentos

³ Na França, por exemplo, certo debate via no crescimento das classes médias um processo de *moyennisation* da sociedade, supondo com isto a destruição da estrutura de classes e, particularmente, o fim da luta de classes.

não possuem caráter classista?

Contrariando essa tendência, mas, ao mesmo tempo, situado dentro da problemática pós-industrial, Eder (2002, p. 35), partindo de uma concepção de classe a qual denominou de construtivista, afirma:

a sociedade pós-industrial está reorganizando sua base de classe e reorientando suas formas de mobilização. A relação entre classe e política muda necessariamente – mas classe e política são ainda as dimensões que possibilitam entender a dinâmica da sociedade emergente. A crise da política de classe é, em última instância, a crise de uma sociedade industrial em desaparecimento.

Teria surgido, portanto, “uma nova relação de classe”, diferente daquela ordenada pela sociedade industrial, na qual a classe operária daria o tom da ação política. Nesse sentido, os “novos” movimentos sociais “podem ser vistos como uma manifestação de um novo tipo de relação de classe no qual ocorre a ‘constituição da classe média’ nas sociedades modernas avançadas” (EDER, 2002, p. 35).

Neoliberalismo e relações de classes

Com efeito, o capitalismo do final do século passado trouxe consigo mudanças significativas. É digno de nota o avanço tecnológico das últimas décadas, particularmente no que tange a informatização. Nesse sentido, devem ser consideradas as alterações na concepção de espaço/tempo, fatores decisivos na produção de capital (HARVEY, 2004). Igualmente importante é a reestruturação da produção, incorporando, não apenas mudanças tecnológicas, mas organizacionais, incidindo diretamente sobre o processo de trabalho, tanto do operário quanto dos trabalhadores das classes médias. No entanto, estes elementos poderiam aparecer como simples novidades sem maiores conseqüências, ou rupturas essenciais, se compreendidos como meras transformações técnicas – mesmo quando subordinadas, num quadro de análise marxista, ao avanço das forças produtivas. Todavia, tais mudanças podem adquirir dimensão mais acabada se compreendidas à luz das relações de classes.

Em síntese, em nossa análise, as mudanças acima indicadas são da maior importância para a definição e desenvolvimento da ação política contemporânea. No entanto, as novidades apresentadas não são de ordem pós-moderna, pós-industrial, pós-capitalista, justamente o contrário, são próprias ao processo histórico particular do capitalismo, qual seja: a busca incessante por novas fontes de lucro, cuja marca é a

re-configuração da luta de classes.

É dessa conformação que nasceu o neoliberalismo. De acordo com Duménil e Lévy (2006), a partir de meados dos anos de 1970 inicia-se um processo de rearranjo da luta de classes, no qual uma fração das classes dominante (a qual os autores denominaram finanças) exerce franca hegemonia. Em suas palavras:

O neoliberalismo é uma etapa do capitalismo, cujo traço principal é o reforço do poder e dos rendimentos da classe capitalista. Uma relação que envolve instituições financeiras e classes. Deste restabelecimento resulta uma entidade social híbrida, que nós denominamos finanças. Ela reúne a fração superior da classe capitalista e suas instituições financeiras. Nesse sentido, pode-se designar esta ordem social como uma segunda hegemonia financeira, fazendo eco à primeira (do início do século XX à depressão de 1930) (DUMÉNIL & LÉVY, 2006, p. 25)⁴

Os autores supracitados dedicam especial atenção à realidade europeia, isto é, em geral, aos resultados do fim do “compromisso keynesiano” e das novas relações entre as classes no marco do avanço do neoliberalismo na Europa. Mas, não obstante as diferenças, enquanto reconfiguração da luta de classes, essa análise pode ser estendida à América Latina. Arceo e Basualdo (2007, p. 15) descrevem assim as transformações na região:

As inusitadas transformações sociais que se registraram nas sociedades latino-americanas no último quarto de século foram concomitantes com mudanças igualmente profundas nos setores dominantes. A ruptura ou debilitação, segundo cada país, do modelo de substituição supôs, junto com a modificação da composição e destino da produção e dos excedentes, mudanças de hegemonia dentro do bloco das classes dominantes e do peso dentro do mesmo do capital de origem externa, assim como a reestruturação de cada uma das frações que o integram e de suas ligações com o capital financeiro e produtivo transnacional⁵.

Essa discussão suscitou-nos curiosidade sobre o caráter das reações ao neoliberalismo. Ou seja, as implicações políticas da reconfiguração da estrutura de classes não apenas para as classes dominantes, como apontadas pelos autores acima,

4 Tradução da autora.

5 Tradução da autora.

mas para as classes dominadas.

Altermundialismo e classes médias

Pensamos aqui, mais especificamente, nas possíveis relações entre luta de classes e altermundialismo. Esse movimento, reconhecido por sua composição diversificada e plural, possuiria caráter classista? Dito de outro modo, as suas reivindicações, sua forma de ação e organização, seriam próprias das classes médias?

Partimos desta hipótese. Mas, diferentemente de Eder (2002), que apresenta a relação entre classes médias e movimentos como uma “nova política de classe”, entendemos, tal como foi assinalado neste texto, que essa relação insere-se nos marcos das transformações do capitalismo e da luta de classes que o caracteriza nessa nova fase neoliberal.

Deste modo, o capitalismo contemporâneo não é apenas o pano de fundo a partir do qual grupos sociais e políticos (como o altermundialismo) atuam. E as transformações ocorridas não são simples reflexos de uma mudança de cenário do qual saem a classe operária e entram as classes médias e os novos movimentos sociais. Mas, qual a relação existente entre a abertura dos mercados, a privatização das empresas estatais, do crescimento do setor de serviços e da sua privatização, do aumento do desemprego, do trabalho informal e da chamada “flexibilização” das relações de trabalho com o refluxo do movimento operário e a emergência das grandes marchas de protestos que deram origem ao Fórum Social Mundial?

O predomínio do capital financeiro sobre o produtivo implicou em perdas ainda maiores para a classe operária – instabilidade, baixa dos salários, recuo dos direitos trabalhistas conquistados, desemprego e empobrecimento crescente. Mas, quais as conseqüências dessas mudanças para as classes médias?

Para além das privatizações de empresas públicas, particularmente do setor de serviços, a hegemonia do capital financeiro e suas conseqüentes mudanças organizacionais das empresas também atingiram parte considerável dos trabalhadores não operários. Como bem indicou Sauviat (2005), a transferência da instabilidade do mundo financeiro para dentro das fábricas atingiu de modo violento o operariado, mas não deixou incólumes os assalariados de alta posição. Entre alguns dos efeitos constatados: redefinição na estrutura hierárquica da empresa, salários associados à produtividade, contrato de trabalho por tempo determinado e a alta concorrência do mercado de trabalho. Nas palavras da autora:

A satisfação das normas de rentabilidade financeira imposta pelos mercados e a aceleração induzida na circulação dos títulos de propriedade das empresas (surgimento de um mercado de controle das empresas) se deram conjuntamente com a degradação das condições de trabalho dos assalariados e o elevado crescimento das desigualdades de renda. Esta situação levou a uma maior instabilidade e insegurança no emprego, colocando não somente os operários mas, cada vez mais, os profissionais qualificados sob ameaça constante das realocações e das subcontratações (...) (SAUVIAT, 2005, p. 46).

É importante destacar a não uniformidade desse processo. Este variou, não apenas em intensidade, mas em conseqüências de região para região e de país para país, de acordo com a posição ocupada no quadro de forças imperialistas (centro/periferia) e com as lutas travadas no interior de cada formação social. É interessante notar que essas diferenças têm implicações, não apenas no âmbito do avanço da classe dominante, mas no perfil da resistência das classes dominadas. No altermundialismo, por exemplo, enquanto na Europa destaca-se a ação da ATTAC, na América Latina é digno de nota o papel da Via Campesina⁶.

No entanto, com relação à atuação nos Fóruns, de um modo geral, vem se destacando a presença de grupos sociais que dificilmente seriam associados à classe operária ou ao campesinato. Nesse sentido, informações sobre a composição social dos encontros altermundiais podem servir como um primeiro indicativo da sua natureza de classe. Nos eventos anuais é muito expressiva a presença de jovens universitários e profissionais de ONGs. Dados apresentados pelo IBASE (2006, p. 1) sobre a 5ª edição do FSM indicam que “na Venezuela, 79,4% estavam cursando ou haviam cursado o terceiro grau, e 72,4% em Mali, sendo que um quarto dos participantes na África tinha mestrado ou doutorado”. Quanto à ocupação:

(...) 43,2% trabalham para instituições ou ONGs (esta percentagem atinge os 44,2% no caso dos delegados) e 36% são funcionários públicos. 4,3% trabalham na indústria e 3,3% na agricultura. 12,9% trabalham no comércio. O sector terciário (serviços) é, assim, o sector de actividade mais representado: preenche 79,5% das ocupações dos participantes que têm emprego. Relativamente à classe social, parece prevalecer a pequena burguesia

6 Neste sentido, portanto, não se exclui a presença de outras classes, como a camponesa, por exemplo, em alguns movimentos ligados ao FSM e, portanto, ao *altermundialismo*. O que apresentamos aqui, no entanto, diz respeito à natureza de classe da proposta *altermundial* que, segundo a nossa hipótese, é pautada nos interesses e nos horizontes de transformação próprios das classes médias. O que indicaria também, claro, a forte presença deste grupo nos movimentos e nas organizações que o integram.

assalariada” (SANTOS, 2005, p. 57).

Os números acima citados não encerram a questão, mas nos apresentam fortes indícios sobre a presença marcante de setores das classes médias no movimento. Caberia, no entanto, relacionar esse elemento ao seu projeto político. A esse respeito um complicador: o Fórum Social não possui nenhum programa e não produz nenhum documento de luta e reivindicações conjuntas. Durante os encontros, movimentos, organizações e entidades apresentam e discutem questões das mais variadas, havendo, em diversos contextos, discordância sobre o papel do FSM.

Diferenças à parte, existem algumas campanhas que aglutinam praticamente todos os envolvidos. Entre as mais importantes encontram-se: a campanha pela anulação da dívida externa e a tributação do capital financeiro; a primeira levada adiante, sobretudo, pelo Jubileu 2000; a última polarizada pela ATTAC (Associação pela Tributação das Transações Financeiras para o Apoio aos Cidadãos), através da defesa da aplicação da taxa Tobin.

Diante da ausência de um projeto político unificado e do nosso propósito de prosseguir na análise de classes do altermundialismo, sigamos adiante com um exame mais atencioso da ATTAC. A escolha desta associação como *locus* de investigação não é aleatória. A ATTAC é considerada um dos principais órgãos fundadores do FSM, se tornando uma das faces mais públicas do altermundialismo. Ademais, desde o encontro Outro Davos, realizado em 1999, ela vem caracterizando-se pelos esforços em consolidar a convergência dos movimentos sociais em torno da construção de alternativas ao neoliberalismo (HOUTART & POLET, 2002). Acrescenta-se a esses dois aspectos o fato da ATTAC ter sido criada em 1998, praticamente junto com o movimento.

Em seu trabalho de doutorado Cruzel (2003) traça o perfil dos participantes da ATTAC França (Comitês de Gironde e de Haute-Garonne). Com base no que denominou sociologia do engajamento, a autora analisa a trajetória militante dos atacantes, identificando pontos comuns, como, por exemplo, uma “carreira militante humanitária” – fruto de experiências comunitárias, sobretudo, religiosas. De acordo com Cruzel (2003), as entrevistas realizadas evidenciaram regularidades biográficas que poderiam iluminar as formas de engajamento altermundial.

O que a autora não questiona, no entanto, é o porquê da semelhança do percurso político desses indivíduos. Nesse sentido, afigura-se outro elemento importante presente nas entrevistas, qual seja, a ocupação dos entrevistados. Entre os

entrevistados encontram-se: engenheiros elétricos, engenheiros, gestores de empresa, aposentados, assistente sociais, professores e bibliotecários.

O comitê mais forte e organizado, no entanto, é o de Paris. Composto por um conselho científico, um presidente e representantes internacionais, parte significativa do de seus membros é de intelectuais. Mas, além da participação direta, a ATTAC conta com a presença de diversas organizações e entidades que compartilham de sua campanha central. Entre eles estão: as ONGs, como a *Agir ici*; os centros de estudos e pesquisas, como a Clacso (Consejo Latinoamericano de ciencias sociales); associações de jornalistas, como a *Association Gunter Holzmann*; editores de jornais e revistas, como o *Le monde diplomatique* e a *Alternatives Economiques*; Sindicatos, tais quais: o Sindicato da Magistratura; o Sindicato de Medicina Geral; a Federação dos Bancários; a FGTE-CFDT (Federação Geral dos Transportes e Equipamentos); o SNES (Sindicato Nacional dos Professores); o SNESup (Sindicato Nacional de Professores do Ensino Superior) ; a UGICT-CGT (União Geral dos Engenheiros, Quadros e Técnicos); a UNEF (União Nacional dos Estudantes da França); Associações de pequenos empresários, como a APYME.

Muito embora o processo de formação de uma classe não se restrinja estritamente ao campo econômico, num primeiro momento de identificação dos grupos sociais presentes na ATTAC os critérios de caracterização das classes sociais apresentados por Olin Wright (1981) podem ser operacionais. Este autor, partindo de elementos centrais do processo de trabalho – tal como (1) o controle sobre a produção (propriedade econômica); (2) o controle sobre o processo e os meios de produção (posse); (3) o controle sobre a força de trabalho; (4) e o controle sobre o próprio trabalho – identifica situações contraditórias de classes situadas entre a burguesia, o proletariado e a pequena-burguesia. Cabe, nesse sentido, uma observação. Olin Wright não utiliza o conceito de classe média, evitando com isso um problema relativamente comum, qual seja a homogeneização dos grupos sociais que não pertencem ao proletariado e tampouco à burguesia. As classes médias são compostas por grupos bem heterogêneos e os critérios de Wright (1981) aliados à análise dos aspectos políticos e ideológicos podem auxiliar na identificação destes.

Se por um lado o autor não utiliza o termo classe média, por outro identifica a existência política e econômica de um grupo social que dificilmente se enquadra entre os operários ou a burguesia, tendo ao longo da história recente papel político

importante. Utilizaremos aqui o termo classes médias⁷.

Ao levantarmos a composição social dos organizadores da ATTAC, bem como das instituições que a integram, saberemos a origem de classe de seus integrantes. Analisando a sua atuação política ante a luta de classes instaurada pelo neoliberalismo, poderemos constatar se a ATTAC tem uma posição de classe. Mas, ainda não conseguiremos estabelecer o elo que ligaria a origem de seus membros à posição de classe da associação. Dito de outro modo, não saberíamos porque as classes médias se mobilizaram no altermundialismo.

Entre as propostas que unificam os diversos comitês locais e as demais associações estão: a já citada taxa Tobin – tributação que seria arrecadada essencialmente entre os países industrializados, onde estariam localizadas as grandes praças financeiras. Essa taxa poderia ser utilizada, segundo seus militantes, no desenvolvimento de projetos sociais que “amenizassem a desigualdade”; a construção de outra União Européia; o fim de projetos como o Acordo Multilateral de Investimentos; o fim do FMI e a anulação da dívida dos países do “terceiro mundo”; a supressão dos paraísos fiscais; o estabelecimento da base regional como lugar de resistência econômica; divisão mundial das tecnologias; proteção eficaz dos recursos não renováveis; normas de proteção das riquezas biológicas; legislação do trabalho nos níveis regional e internacional; democratização das Nações Unidas.

Trata-se aqui ainda de um breve mapeamento da composição social da organização e do seu posicionamento frente algumas questões políticas e econômicas engendradas pelo neoliberalismo. Certamente, esses elementos não são por si só suficientes para explicitar os diferentes nexos que relacionam posição de classe e ação política. Cabe-nos: discutir com maior rigor a situação das classes médias dentro do modo de produção capitalista; analisar de que maneira o neoliberalismo redesenhou a relação entre as classes, afetando não apenas capitalistas e operários, mas, inclusive, trabalhadores assalariados que não pertencem ao operariado; examinar as mediações estabelecidas entre classes, interesses, formas de ação e projeto de transformação. O que de imediato nos coloca a tarefa de uma análise apurada do programa político da ATTAC para, somente então, avançarmos numa análise de classe do altermundialismo.

7 Estamos de acordo com o autor quando identifica a existência de grupos sociais entre os trabalhadores assalariados que se diferenciam enquanto classe da classe operária. Muito “embora tal diferença de classe não seja do mesmo tipo da que opõe as classes fundamentais e antagônicas do modo de produção capitalista – a burguesia e a classe operária” (BOITO Jr., 2004, p. 3).

Bibliografia

- ARCEO, Enrique; BASUALDO, Eduardo. “Los cambios de los sectores dominantes en América Latina bajo el neoliberalismo”. In: *documento eletrônico*: <http://66.102.1.104/scholar?hl=pt-BR&lr=&q=cache:gWzIBh2dqkJ:biblioteca.virtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/basua/DocInicial.pdf+arceo+los+cambios,25/03/2007>.
- BOITO Jr., Armando. *Classe média e sindicalismo*. Primeira Versão, Campinas, SP: IFCH/UNICAMP, 2004.
- CRUZEL, Elise. *Trajectoires militantes à ATTAC: les adhérents de Gironde et Haute-Garonne*. In: *documento eletrônico*: <http://www.afsp.mshparis.fr/activite/groupe/germm/collgermm03txt/germm03cruzel.pdf>. 12/11/2006.
- DUMÉNIL, Gerard; LEVY, Dominique. “La finance capitaliste: rapports de production et rapports de classe”. In: DUMÉNIL, Gerard; LEVY, Dominique; *et al. La finance capitaliste*. Paris: Presses Universitaires de France, 2006, p.131-180.
- EDER, Klaus. *A nova política de classes*. Bauru, SP: Edusc, 2002.
- GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais – paradigmas clássicos e contemporâneos*. 2ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- GREFE, Christiane. *ATTAC: o que querem os críticos da globalização*. São Paulo: Globo, 2005.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. 13ª ed. São Paulo: Loyola, 2004.
- HOUTART, François; POLET, François (Orgs). *Outro Davos – mundialização de resistências e lutas*. São Paulo: Cortez, 2002.
- IBASE. *Fórum Social Mundial*. In: *documento eletrônico*: <http://www.ibase.org.br/modules.php?name=Conteudo&pid=1070>. acessado em 15/07/2007.
- SALLUM Jr., Brasília. *Classes, Cultura e Ação Coletiva*. In: *Lua Nova*. São Paulo: CEDEC, n.65, 2005, p.11-42.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *O Fórum Social Mundial – manual de uso*. São Paulo: Cortez, 2005.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice – o social e o político na pós-modernidade*. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SAUVIAT, Catherine. “Os efeitos do novo poder da finança nos Estados Unidos: empresas fragilizadas e trabalhadores inseguros”. In: FERREIRA, Carla; SCHERER, André Forti (Orgs.). *O Brasil frente à ditadura do capital financeiro – reflexões e alternativas*. Lajeado: UNIVATES, 2005.

TOURAINÉ, Alain. “Os novos conflitos sociais – para evitar mal-entendidos”. In: *Lua Nova*. São Paulo: CEDEC, nº 17, 1989, p. 5-18.

WRIGHT, Eric Olin. *Classe, crise e o Estado*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.